



Rita Abreu
CB
Ow

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA

ATA Nº 10/2019

Sessão ordinária da Assembleia Municipal

Realizada no dia vinte seis de abril de dois mil e dezanove

-----Aos vinte e seis de abril do ano de dois mil e dezanove, reuniu-se a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no Edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando ainda presentes Maria Natália Gonçalves da Silva como primeira secretária e José Carlos Abreu Gonçalves como segundo secretário.-----

-----Estiveram presentes pelo Movimento Ribeira Brava em Primeiro: Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Jordão José Andrade de Abreu, Orlanda de Jesus Silva, Marco António Abreu Junqueira, Telmo Ricardo da Conceição Marques de Freitas, Zélia Maria Pereira da Encarnação e Teresa de Jesus Pestana Pestana Marcos. Pelo Partido Social Democrata: Cristina Maria de Sá Godinho, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, João David Jardim Sousa, José Jorge Fernandes de Ornelas, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, André Geraldo da Corte, Carlos dos Ramos Andrade e Cátia Pereira Pita. Como independente: Charl Rafael Macedo da Silva. Pelo Partido Socialista: Fábio Nelson Faria dos Santos. Como representantes das Juntas de Freguesia, estiveram presentes: Marco Nuno Correia Martins (PJF Ribeira Brava), João Batista Pereira Silva (PJF Campanário), Francisco Paulo Pestana (PJF Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (PJF Tabua).-----

-----Estiveram ainda presentes, o Presidente da Câmara Municipal Ricardo António Nascimento, Vice-Presidente Rafael João Figueira Sousa, Vereador Paulo Santos Andrade, Vereadora Sandra José Abreu Vilanova, Vereador Manuel Inácio da Corte, Vereador Jorge Manuel Faria dos Santos e o Vereador Horácio dos Ramos Ferreira.-----

-----Pelas dez horas e vinte minutos, verificada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia iniciou a sessão dando as boas vindas a todos, propondo realizar-se um minuto de silêncio pelo Deputado João Abreu Gomes (PS) e pelas vítimas do acidente no Caniço. Em agradecimento ao ilustre Deputado, pela sua contribuição no desenvolvimento deste concelho, a presidente da assembleia tomou a iniciativa de oferecer uma coroa de flores no seu funeral e propôs uma última saudação com uma salva de palmas. Informou ainda que em substituição do deputado João Abreu Gomes, o senhor Fábio Nelson Faria dos Santos toma posse, sendo o deputado que representará o Partido Socialista (PS). Após a tomada de posse do mesmo, o deputado ocupou o seu lugar na assembleia.-----

-----Deu-se então início à décima sessão ordinária da Assembleia Municipal, informou também que o senhor deputado Rúben Nunes, (RB1) por motivos de saúde não pode comparecer à sessão ordinária, tendo sido substituído, pela deputada Teresa de Jesus Pestana Pestana Marcos (RB1); o deputado Gilberto Andrade (PSD), também não pode estar presente sendo substituído pelo deputado David Sousa (PSD). Solicitou que desligassem ou colocassem em silêncio os

1



Rita Abreu
CNB
BAN

telemóveis.-----

-----Constatada a existência de quórum deu-se início ao período Antes da Ordem do Dia. Assim, de acordo com o artigo 18º do regimento passamos à apreciação e votação da ata da última sessão.-----

-----O Grupo Parlamentar do PSD, sugeriu alteração na transcrição referente ao ponto 9 *“Discussão e votação Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM), apresentado pela Parcela Flutuante - Unipessoal, Lda, em conformidade com artigo 82º do Regulamento do PDM, ratificado pela resolução n.º 802/2015 da Precedência do Governo Regional”*, que teve três votos contra do RB1, não sendo necessário a identificação individual.-----

-----Colocada a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos a favor.-

-----A Assembleia Municipal da Ribeira Brava e os deputados da Assembleia Municipal do PSD propuseram um voto de pesar, pelo falecimento do deputado João Abreu Gomes aprovado por unanimidade.-----

-----Foi proposto um voto de pesar da Assembleia Municipal da Ribeira Brava pelas vítimas do acidente no Caniço aprovado por unanimidade.-----

-----Foi feita uma proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Parlamentar do RB1 *“Viabilização de passagem para peões e viaturas na Meia Légua”*.-----

-----O Grupo Parlamentar do PSD questionou o presidente da Câmara sobre esta proposta.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu que foi solicitado pela ARM um parecer a esta Câmara, no que se refere a recuperação de uma captação de água danificada aquando o vinte de fevereiro de dois mil e dez. Salientou que é uma zona de alto risco, queda de pedras e de difícil acessibilidade. A câmara propôs assim que a recuperação da conduta fosse executada de forma também a acessibilidade de pessoas e viaturas em segurança.-----

-----O Grupo Parlamentar do PSD reformula questionando se a obra está prevista no plano.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que projeto esta previsto mas a execução da mesma não.-----

-----O PJFRB Marco Martins reforçou a importância desta proposta de recomendação para pressionar a ARM na resolução deste problema que advém do vinte de fevereiro e que afeta a população da Meia Légua.-----

-----Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

-----A Deputada Cátia Pita questionou se houve algum estudo fotométrico realizado para a substituição da iluminação na via pública na zona da vila, estas luminarias funcionam com algum tipo de sensor, pelo fato de estarem a piscar de forma intermitente.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que na RB existiam vários tipos de luminarias, algumas sem segurança, pelo que se colocaram lâmpadas LED de potência equivalente ao existente. No que se refere ao piscar de forma intermitente, tinha a ver com um problema de ligação no âmbito da EEM e já esta solucionado.-----

-----A Deputada Cátia Pita reformula a questão salientando que acha bem a uniformização das luminárias no entanto questionou se foi realizado um estudo fotométrico de forma a assegurar que as mesmas fossem substituídas com a mesma potência e alertou para o fato de terem



Pita Abreu
CS
Pita

retirado as iluminarias antigas nas casas da vila, não terem tapado os buracos pela remoção das mesmas e questionou sobre a responsabilidade da mesma.-----

----O Sr. Presidente respondeu que a câmara é responsável pelas obras de remoção dos candeeiros e irá alertar aos serviços técnicos para o fazer. Referiu que não foi feito nenhum estudo fotométrico.-----

----A Deputada Cátia Pita afirmou que a substituição de lâmpadas normais para LED não é o mesmo em termos de eficácia.-----

----O PJFRB Marco Martins questionou ao executivo sobre os seguintes assuntos: as muralhas Meia Légua / Murteira; a estrada da apresentação; a pavimentação da estrada do Espigão; quais as estradas que foram pavimentadas; qual o valor gasto em apoios sociais; quais as atividades ao dia seis de maio; como está a decorrer a universidade sénior; sobre os sinais de trânsito e a sua certificação; a realização da rampa e expectativas por parte dos comerciantes. -----

----O Sr. Presidente respondeu não houve nenhum desenvolvimento no que se refere às muralhas Meia Légua / Murteira. A estrada da Apresentação prevê-se na primeira semana de maio a conclusão da intervenção que está a ser feita, no entanto a reabertura da estrada é da responsabilidade da Direção Regional de Estradas. Alertou para o fato da estrada estar a ser monitorizada pela DRE. A Câmara pediu os estudos geológicos feitos nessa área de forma a poder analisá-los. -----

----O Vereador Paulo Andrade interveio sobre as obras mais relevantes, a fonte Pinheiro e a estrada do Chapim em fase de acabamento; na zona do Poiso a recuperação de veredas e linhas de água estão a ser solucionadas; estariam a decorrer os melhoramentos no cemitério da Tabua; a estrada da Pedra Mole já foi pavimentada; a estrada do Espigão reparada em breve.-----

----A Vereadora Sandra Vilanova interveio sobre a vertente social, referindo cinquenta e um pedidos de habitação ou recuperação de imóveis degradados, neste âmbito foram aprovadas cinco candidaturas de apoio no valor de quinze mil euros. Relativamente ao cartão do idoso existem quatrocentos e quatro candidaturas, dos quais trezentos e vinte e dois já foram entregues e encontram-se ativos, os restantes encontram-se em avaliação. Sobre os eventos a decorrer referiu as festividades do dia do concelho, a sessão solene pelas dezassete horas na frente mar; a realização da feira no Campanário e o encontro de bandas.-----

----O Vice-Presidente Rafael Sousa afirmou no que diz respeito a universidade sénior, os alunos estão satisfeitos com a planificação feita, os comentários tem sido positivos. Relativamente aos sinais de trânsito o estudo levou algum tempo a ser efetuado, os sinais já se encontram em armazém prontos a serem colocados. Foi feita a substituição de frigoríficos nos centros de convívio. A Rampa e o desporto automóvel mobilizam residentes e visitantes a esta vila, desta vez houve o cuidado de distribuir o cartaz com o programa/horários atempadamente e os comerciantes das zonas altas mostraram-se muito satisfeitos com este evento.-----

----O Deputado Rafael Macedo congratulou o executivo por tudo o que tem sido feito para dinamizar o concelho da Ribeira Brava. No entanto alertou não ter recebido os documentos referentes a ordem de trabalhos desta sessão ordinária de assembleia, assim como a falta de



Rita Abreu
CS
EAM

cuidado na redação e envio dos *e-mails*.-----

-----A Deputada Luísa Ponte questionou sobre o concurso da marginal da Tabua, uma vez que na última sessão foi dito pelo Sr. Presidente que o concurso estava a decorrer e duas empresas concorreram. Pelo que gostaria de saber se o mesmo já se foi adjudicado. No que se refere ao acidente ocorrido no Caniço, a Câmara Municipal de Santa Cruz corre o risco de ser multada pela falta de muro de proteção na área onde ocorreu o acidente, pelo que gostaria de saber se o concelho da Ribeira Brava existe algum estudo feito no que se refere a falta de muros de segurança nas estradas e nas vias públicas, para não correr o risco de numa eventualidade vir a ser multado pelo mesmo.-----

-----O Sr. Presidente respondeu não haver nenhum levantamento, referiu que existem situações que não se podem evitar mas admitiu que se existem zonas de risco que poderiam ser corrigidas de modo a aumentar a segurança da população e de quem nos visita. Em relação a marginal da Tabua a obra foi adjudicada e a consignação tem termino até o dia seis de maio. Realçou que o contrato programa para o financiamento foi assinado pelo governo regional, falta a consignação.-----

-----O Deputado Helder Gomes ausentou-se na sala não voltado aos trabalhos até ao fim dos mesmos.-----

-----Período da ordem do dia-----

-----**Ponto 1** - Informação escrita do Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.---

-----Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, começou por mencionar os caminhos agrícolas do Chapim, Fonte Pinheiro e levada do Barqueiro, financiados pela PRODERAM. Está a ser tratada a pavimentação da estrada Pico Frade – Campanário, assim como a cobertura de pequenos buracos nas estradas até finais do ano. Referiu ainda os apoios às creches, aos transportes para visitas de estudo, apoios para algumas atividades realizadas fora da RAM, o desfile do carnaval agradecendo a dedicação das escolas neste evento. No âmbito cultural referiu diversos apoios às associações, nomeadamente os transportes, a Rampa irá decorrer esta tarde. No âmbito social, o cartão do idoso esta a ser tratado, o usufruto por parte de um utente ao apoio do doente oncológico, a realização da semana da saúde foi descentralizada e tem funcionado bem satisfazendo a população envolvida. Existe muito para ser feito, o trabalho é efetuado conforme os recursos financeiros do concelho. No que se refere a antiga junta de freguesia do Campanário, o procedimento concursal encontra-se na fase de audiência prévia de concorrentes.-----

-----O PJFRB Marco Martins parabenizou o presidente da câmara pela redução da dívida para três vírgula sete milhões de euros. Sugeriu a construção de uma escadaria no sítio da Meia Légua, e apresentou o seu pedido ao presidente da Câmara.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara salientou a redução da dívida em setenta e cinco por cento e referiu que a dívida entre a câmara e a Valor ambiente já foi saldada. A dívida à EEM esta a ser paga através de um plano de pagamento que termina em dezembro do corrente ano. Foram



Rita Alves
CS
CSM

feitas obras no âmbito do PRODERAM no entanto o IFAP ainda não pagou o reembolso das despesas realizadas. A recuperação das muralhas ainda se encontra em fase de estudo.-----

-----A Deputada Teresa Nunes interveio questionando se o empreiteiro se vai responsabilizar ou não pela obra e qual o objetivo do que esta a ser feito.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu que foram feitos estudos geológicos que permitiram verificar o risco de deslizamento daquela área, assim o promotor da obra deveria criar uma zona de suporte para toda a encosta. Foi contactado pela câmara e negociada a responsabilidade da obra pelo promotor. O promotor e o empreiteiro assinaram um contrato de acordo. A remoção das pedras da ribeira da Ameixoeira causou um problema devido a falta de autorização para esta remoção, tendo sido necessário um período de três semanas para obtenção da mesma.---

-----**Ponto 2** - Apreciação e votação da prestação de contas do ano de 2018, com o disposto da alínea L) do nº 2, artigo 25.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente que referiu uma receita com uma taxa de execução na ordem dos setenta e seis vírgula um por cento; em que a receita corrente com um valor de sessenta e um vírgula nove por cento, sendo a receita capital de trinta e oito vírgula um por cento. No que se refere à taxa de execução das despesas, foi na ordem da setenta e quatro vírgula quatro por cento, sendo as despesas correntes num valor de quarenta e sete vírgula oito por cento e as despesas de capital num valor de cinquenta e dois vírgula dois por cento. As despesas com o pessoal tem vindo a aumentar ligeiramente ao longo dos últimos anos, não atingindo os vinte por cento. Verificou-se uma redução em bens e serviços, assim como nos juros bancários. Houve um aumento nas transferências correntes para às juntas de freguesia; instituições; associações e famílias. Referiu ainda o aumento do investimento tendo sido patentes várias obras no terreno assim como na componente social: escolas; idosos; universidade sénior e o IMI familiar. Relembrou que desde dois mil e treze a dívida foi reduzida em setenta e cinco por cento no prazo de cinco anos, tendo sido patente a redução da despesa com a dívida e o aumento das receitas que permitiram mais apoios; maior investimento e menor despesa corrente. Concluiu-se o ano com um resultado líquido positivo de cento e treze mil, duzentos e trinta e nove euros e setenta e um cêntimos. Finalizou afirmando que as contas foram aprovadas em reunião de câmara.-----

-----A Deputada Teresa Nunes questionou sobre quais os três processos judiciais em relatório nos quais a câmara está envolvida, e também pediu esclarecimento sobre a diferença de valores para finalizar o ano com um saldo positivo.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que um dos processos refere-se à faturas de manutenção de viaturas devolvidas a empresa, pedindo o pagamento do mesmo e o município deverá de ajustar um plano de pagamento entre as duas entidades. O segundo, concerne-se a uma execução de uma empresa no âmbito do PDM; o terceiro diz respeito a ampliação de uma habitação de forma clandestina em processo judicial. Relativamente a diferença de valores para concluir o ano com um saldo positivo deveu-se à atualização do imobilizado.-----

-----A Deputada Teresa Nunes reformulou a questão sobre os valores referentes a estes



Rita Abreu
CRB
BMB

processos e o aumento no saldo positivo deveu-se apenas a atualização do imobilizado.-----

----O Presidente da Câmara colocou a hipótese de chamar um técnico de contas para esclarecimento deste assunto, no entanto não foi necessário.-----

----Colocada a votação, foi apreciada com doze votos contra (onze do PSD e um Independente) uma abstenção do PS e onze votos a favor do RB1.-----

----O grupo de deputados municipais do PSD, em declaração de voto, justificou o voto contra, por verificar que: tal como recomendado na análise do auditor, denota-se a ausência de aplicação de normas de controlo interno, normas estas já deliberadas pelo órgão executivos de 2013 e que até ao momento não foram aplicadas. A taxa real de execução do município de 74%, teve presente duas revisões realizadas durante o ano, caso contrário seria inferior. Por outro lado realçámos ainda, ao nível do investimento, e pela positiva, um aumento face ao ano transato, também fruto do aumento proveniente do apoio do governo regional, no valor de 483.000eur.-----

----**Ponto 3** - Discussão e votação - resultados líquidos do exercício de 2018, nos termos do ponto 2.7.3.1 da lei 54/A de 22 de Fevereiro.-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente referindo que de acordo com o POCAL, propõe-se que cinco por cento do resultado transitado se coloque na conta de reservas legais.-----

----Colocada a votação, foi aprovada com doze votos contra (sendo onze do PSD e um Independente), doze votos a favor (onze RB1 e um PS) e com o voto de qualidade da Presidente da Assembleia.-----

----**Ponto 4** - Discussão e votação da revisão do orçamento receita e despesa, com o disposto da alínea a) do nº 1, artigo 25.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente afirmando que o valor de duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e um euros e setenta e oito cêntimos foi o saldo em conta bancária, que foi transferido para o ano de dois mil e dezanove a ser diluído em algumas rubricas.-----

----Colocada a votação, foi aprovada por maioria, com onze votos a favor do RB1 e treze abstenções (sendo onze do PSD; um PS e um Independente) -----

----**Ponto 5** - Discussão e votação da alteração do mapa de pessoal para o ano de 2019, com o disposto da alínea o) do nº1, do artigo 25.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente afirmando que será necessário contratar um assistente técnico para a área de expediente e arquivo, outro para a área social, um técnico superior para a área cultural, que se encontra no polo de emprego em situação precária. Relativamente ao veterinário municipal, o mesmo poderá ser partilhado com Câmara de Lobos de forma a reduzir despesa.-----

----A Deputada Cristina Basílio afirmou que a precaridade deve ser combatida, no entanto questionou a existência de cabimento orçamental para resolver esta questão e também sobre a necessidade real destes postos de trabalho para o bom desempenho da câmara.-----

----O Presidente da Câmara referiu que sendo aprovado o mapa de pessoal, posteriormente poderá ser aberto o procedimento concurso e só nessa altura verifica-se a existência de



Rita Abreu
enf
DLM

cabimento. Relativamente às vagas da área de expediente e arquivo, da área cultural e social o seu preenchimento poderá ser feito a partir das vagas de reserva e desta forma assegura-se uma maior celeridade nas respostas aos munícipes por parte da câmara. Referiu ainda a necessidade do preenchimento de uma vaga para engenheiro de informática, visto o atual se encontrar de baixa prolongada.-----

-----Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

-----O grupo de deputados municipais do PSD votou favoravelmente por entender que havendo necessidades de recursos humanos e capacidade financeira para tal, conforme também dito pelo Sr. Presidente, este é um meio importante de melhorar o atendimento e a qualidade dos serviços prestados, no apoio aos nossos munícipes.-----

-----O Deputado Fábio Santos em declaração de voto afirmou ter votado a favor, no entanto reforçou a necessidade de assistentes operacionais que se encontram envelhecidos pelo que deveria ser considerada a sua reposição.-----

-----**Ponto 6** - Discussão e votação do plano de prevenção de Riscos de Gestão incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - 2018, com o disposto da alínea a) do nº 2, artigo 25.º e nº1 e 2 do artigo 74.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente afirmando que este plano tem de ser apresentado anualmente em termos de prevenção de riscos e situação de perigosidade.-----

-----Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Ponto 7** - Discussão e votação de atribuição de taxas de amortização em reservatórios, livros, enciclopédias e atlas (ou equiparados) com o disposto da alínea L) do nº 2, artigo 25.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente afirmando que a atribuição de taxas de amortização em reservatórios, livros, enciclopédias e atlas (ou equiparados) foi debatido em reunião de câmara no ano anterior, os equipamentos e livros, a lei não tem percentagem de amortização do bem e foi proposto à câmara que fosse colocado estas taxas pela contabilidade.-----

-----A Deputada Cátia Pita questionou sobre a existência de taxa de amortização no reservatório na Fajã das Éguas que está cedido à ARM; se as taxas de amortização foram já aplicadas ou não; questionou sobre a existência do número de reservatórios que pertencem ao concelho.-----

-----O Presidente da Câmara referiu que informaria posteriormente.-----

-----Colocada a votação, foi aprovada por maioria, com treze votos a favor (sendo onze RB1; um PS e um Independente) e onze abstenções do PSD -----

-----O grupo de deputados municipais do PSD justifica o voto abstenção por considerar que esta proposta de atribuição das taxas de amortização foi submetida à assembleia fora de tempo e por conseguinte a sua aplicação revela-se intemporal e incorreta quanto á boa contabilização do património do município. Foi também submetida por consequência da chamada de atenção do auditor.-----

-----**Ponto 8** - Discussão e votação da proposta arrematação de barracas, Arraial de S. Pedro.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra a Vereadora Sandra Vilanova afirmando que houve



uma alteração no número de locais a serem arrematados. Na altura da inscrição terão de pagar uma taxa, pois sem esta não poderão arrematar os espaços e desta forma evitam-se espaços vazios.-----

-----Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

-----Por último a Assembleia Municipal, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibera em unanimidade aprovar esta ata em minuta.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas treze horas e vinte minutos, da qual para constar, se lavrou a presente minuta, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira secretária da mesa, redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e segundo secretário, nos termos do n.º 2 do art.º 57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Presidente: Rita Maria dos Ramos de Abreu;

Rita Maria dos Ramos de Abreu

1º Secretário: Maria Natália Gonçalves da Silva;

Maria Natália Gonçalves da Silva

2º Secretário: José Carlos de Abreu Gonçalves;

José Carlos de Abreu Gonçalves